

Coluna do Castello

Já correm listas de adesão a Sarney

Para um dos mais categorizados assessores do presidente da República, o ideal para que o presidente recompusesse sua base político-parlamentar seria "fechar com o PMDB". Esse partido parece imprescindível à cobertura política reclamada pelo sr José Sarney, malgrado as divisões internas e a variedade de correntes que acolhe. O apelo à unidade, que vem sendo comandado pelo sr Ulysses Guimarães, dá sinais de que serão reduzidas as atitudes que signifiquem o rompimento com o partido de cuja legenda necessitarão todos dramaticamente para as eleições municipais do próximo ano em todo o país.



As listas de subscrição que já corriam ontem no Congresso somente vingariam se os governadores fechassem com o presidente independentemente da orientação do partido. Desaparece a cautela quanto à tomada de assinaturas cujo início teria sido anunciado ontem ao sr Ulysses Guimarães. No PMDB as principais lideranças rejeitam contudo a idéia de assinar individualmente qualquer tipo de aval ao governo. Sabe-se que os governadores de São Paulo e Minas Gerais formam com o presidente mas pelo menos o primeiro terá muito cuidado na adoção de atitude que provoque incompatibilidades com o partido.

A reunião da executiva nacional e as dos governadores indicariam que o sr Ulysses Guimarães, cuja posição estaria sendo iniciada, deverá ter apoio suficiente para negociar com o presidente uma tomada de posição do partido, que, sem hostilizar o sr José Sarney, lhe dê apenas o respaldo para o programa administrativo e a realização das delineadas metas econômicas e sociais. O PMDB não poderá aceitar formalmente, segundo avaliação corrente no partido, o compromisso prévio com os cinco anos de mandato a serem cumpridos com os poderes de que dispõe atualmente o presidente, isto é, sob sistema parlamentarista. O sr Ulysses Guimarães, pessoalmente, não teria dificuldades de apoiar teses que são também as suas, mas percebe que elas dividem o PMDB e por isso mesmo não podem ser objeto de um pacto que preserve a união partidária. Informalmente, o sr Sarney poderia obter no PMDB os votos de que necessita.

Alegava-se no governo que a porta da negociação não está fechada e que a tentativa de firmar uma maioria por subscrição seria idéia para a hipótese de uma rejeição redonda dos propósitos presidenciais. Tal alegação caiu no vazio. Chama-se a atenção para que tanto o discurso quanto o documento-proposta do presidente não se limitam a formular objetivos políticos de médio prazo, alguns em conflito com a maioria do partido, mas avançam proposições que deverão ser cobertas imediatamente pela ação administrativa do governo. A máquina administrativa poderá ser enxugada a partir de agora mediante a eliminação de órgãos que, à sombra dos novos ministérios, proliferaram nos últimos anos.

Por esse meio, e independentemente do apoio dos partidos, o presidente poderia iniciar a redução efetiva dos gastos públicos, suprimindo da administração aparelhos que a encarecem sem a justificativa de dar maior eficácia à operação de governo. Há no documento, segundo interpretações oficiosas, aceno a um revigoramento da política de investimentos, mediante a estabilização interna com a consolidação do governo e o avanço da votação dos temas polêmicos da Constituição. Sem o estímulo aos investimentos internos e externos, será impossível realizar uma política de emprego capaz de dar espaço ao contingente de 1 milhão e meio de pessoas que se propõem anualmente ao mercado de trabalho. Essas pessoas já nasceram e nenhuma política de controle de natalidade a resolveria.

Sem investimentos não se pode reverter o quadro atual. Isso significa que a moratória não pode ser indefinida até mesmo para evitar situações anormais como o fato de este ano o governo brasileiro estar remetendo ao Banco Mundial mais dinheiro do que o recebido. A negociação externa e a estabilização interna se apresentam como essenciais e são pedras de toque da proposta de um governo em liberdade feita pelo sr José Sarney, que, aliás, não se sente preso a qualquer compromisso político desde que, esgotada a Aliança Democrática, está sem vínculos que se imponham ao seu desejo de fazer o que considere útil à nação. Seus agentes trabalham no Congresso, para criar fatos consumados.

É claro que a proposta não vinga por si mesma e pelo seu próprio impacto. Uma vez formulada sua execução fica pendente do apoio dos partidos e da maioria do Congresso, se obtida pela via direta. Caso contrário o presidente poderá antecipar o desfecho do seu mandato, solicitando à Assembléia Constituinte ou ao Congresso que marquem data para eleger seu sucessor nos próximos meses. Essa é alternativa que o PMDB e o PFL poderão ter de examinar nos próximos dias.